



Reunião do Conselho Fiscal

ATA nº 013/2021 – Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

No dia 27 de outubro de 2021, às 14h00, na sede administrativa do ITUPREV, situada no 9º andar do Edifício Gaplan, localizado na Av. Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Corazza, CEP 13.301-245, na cidade de Itu, estado de São Paulo. Como medida de prevenção de contágio pelo COVID-19, a reunião foi efetuada de forma híbrida e toda a documentação, objeto de análise por parte dos conselheiros, foi disponibilizada antecipadamente. Participaram via aplicativo, os conselheiros Simone de Almeida e Clóvis de Arruda. Presentes, a Conselheira Zélia Pereira, Sílvia Carlini e Antônio Sérgio Soares e os convidados Luiz Brenha (Superintendente), Kiara Farias (Diretora Financeira), Júlia Baldi (Chefe de Gabinete), Nelson Neto (Gestor Benefícios) e Larissa Caldas (Procuradora). Após dificuldades em relação à conexão do ambiente virtual de reunião, iniciou-se a reunião às 14h10. A Conselheira Simone se manifestou afirmando que tem tido dificuldades de acesso em relação ao material e ponderou a intencionalidade dessas ações. A Chefe de Gabinete, esclareceu que não há nenhuma pretensão individual em relação a tal questão, e que dificuldades de comunicação têm sido enfrentadas coletivamente. O instituto está empenhado em dirimir tais questões. **ORDEM DO DIA – DELIBERAÇÕES:** **1. LEITURA E HOMOLOGAÇÃO DA ATA Nº 12** – A Ata n.º 12 de 28/09/21 foi lida, analisada e homologada, sem registro de ressalvas. **2) ANÁLISE DAS ATAS Nº 17 E 18 (ADM):** As Atas n.º 17 de 10/09/21 e n.º 18 de 27/09/21 foram lidas e analisadas pelos presentes. No decorrer da explanação, Zélia questionou a respeito da revisão do Plano de Cargos e Salários do Instituto e Luiz esclareceu que o Projeto de Lei que seguiu para análise do Executivo ainda está aguardando andamento. A presidente do Conselho pontuou ainda que a revisão é importante para a retenção de bons profissionais, pois alguns acabam saindo em busca de melhores salários. A conselheira Simone questionou sobre o aumento no valor recebido a título de Jeton, relatando que havia sido informada que o novo valor já seria pago a partir de janeiro/22. Luiz esclareceu que esta informação não procede, visto que o Projeto de Lei ainda não foi encaminhado para apreciação na Câmara. Ao ser questionada sobre a origem dessa informação, Simone afirmou que não lembra, mas buscará em suas anotações e passará por WhatsApp. **3) ANÁLISE DA ATA 12 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** A Ata n.º 12 de 20/09/21 foi lida e analisada, sem registro de ressalvas. **4) ANÁLISE DA HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATOS:** **) 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 015/2020** (Processo de Compras nº 0608/2020) com a empresa **CRÉDITO & MERCADO GESTÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA-EPP**, referente à prestação de serviços de licença de software para gestão da carteira de investimentos, com vigência de 12 meses, assinado em 05/08/20, com valor global de R\$ 5.280,00 (Cinco Mil, Duzentos e Oitenta reais), sendo R\$ 440,00 (Quatrocentos e quarenta reais) por mês; **B) 4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 009/2017** (Processo de Compras nº 059/2017) com a empresa **ALUGUE SUA IMPRESSORA SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA**, referente à prestação de serviços de aluguel de impressoras, assinado em 24/08/2017, prorrogado por mais 30 dias, sendo R\$ 479,00 (quatrocentos e setenta e nove reais). Os referidos Contratos foram analisados, sem registros de ressalvas. **5) ANÁLISE DA HOMOLOGAÇÃO DE BENEFÍCIOS:** O Gestor de Benefícios apresentou ao Conselho os seguintes Processos: **A) PA 0404/2021** de Pensão por Morte de **José Luis Campregher**, para sua esposa **Beatriz Fernanda Cristofolletti Campregher**, pelo período de 20 anos, e para sua filha menor **Giovanna Cristofolletti Campregher**, até a maioridade, com proventos no valor de R\$ 3.376,02, n.º benefício **07.0404.2021.0012**, Portaria n.º **0078/2021**; **B) PA 0737/2020** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de **Maria Aparecida Camargo Giroto**, com proventos no valor de R\$ 3.093,83, n.º benefício **01.0737.2021.0050**, Portaria n.º **0069/2021**; **C) PA 0245/2021** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de **Luzia Dias Ferreira**, com proventos no valor de R\$ 1.669,83, n.º benefício **01.0245.2021.0051**, Portaria n.º **0068/2021**; **D) PA 0261/2021** Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de **Raquel Gomes de Oliveira**, com proventos no valor de R\$ 4.134,04, n.º benefício **01.0261.2021.0052**, Portaria n.º **0070/2021**; **E) PA 0312/2021** de Aposentadoria por Idade de **Fátima Regina Ferreira de Araujo** com proventos no valor de R\$ 1.100,00, n.º benefício **02.0312.2021.0053**, Portaria n.º **0074/2021**; **F) PA 0175/2021** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade (Magistério) de **Ana Paula Coutinho Beuttenmuller do Valle**, com proventos no valor de R\$ 6.620,50, n.º benefício **01.0175.2021.0054**, Portaria n.º **0072/2021**; **G) PA 0165/2021** de Aposentadoria por tempo de Contribuição e Idade de **Celma Caires Neves**, com proventos no valor de R\$ 7.003,09, n.º benefício **01.0165.2021.0055**, Portaria n.º **0075/2021**; **H) PA 0746/2020** de Aposentadoria por Tempo de



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

Contribuição e Idade de **Celma Oliveira Rocha**, com proventos no valor de R\$ 2.191,18, n.º benefício **01.0746.2021.0056**, Portaria n.º **0076/2021**; **I) PA 0289/2021** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade (Magistério) de **Solange Ap. Machado Nacimben**, com proventos no valor de R\$ 4.619,44, n.º benefício **01.0289.2021.0057**, Portaria nº **0077/2021**. Os benefícios foram analisados, sem registros de ressalvas. Após a leitura, a Conselheira Simone questionou o Gestor de Benefícios a respeito do andamento do processo de aposentadoria de sua amiga Claudia Camargo. Neto explicou que o processo está em fase de finalização. Luiz esclareceu que o prazo para conclusão de processos é de 90 dias, e que, portanto, será aposentada ainda neste ano. **6) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PROCESSOS JUDICIAIS:** A Procuradora do Instituto apresentou aos membros do Conselho o acompanhamento dos Processos judiciais que demonstram que 53% do total de processos existentes teve julgamento favorável ao ITUPREV, 18% com resultados desfavoráveis e 29% ainda em andamento, sem julgamento. Apresentou, ainda, as últimas movimentações nas ações judiciais: **A) Processo Judicial nº: 0012065-67.2019.5.15.0018** de Vera Regina Ferrari, referente ao pedido de adicional de insalubridade, quando prestou serviços ao Ituprev através de empresa terceirizada; audiência de julgamento agendada para o dia 17/12/2021, às 9h, de forma online; **B) Processo Judicial nº: 1000347-07.2018.8.26.0286** de Jadir Honório, referente ao pedido de aposentadoria por invalidez, cuja sentença foi anulada pelo Tribunal, determinando a remessa do Processo para juizado especial, em razão do valor baixo da causa. O juiz do Juizado Especial determinou a realização de perícia médica. Nada tendo a declarar, o Conselho analisou o referido relatório e não registrou ressalvas. **7) PRESTAÇÃO DE CONTAS – SETEMBRO 2021.** A Diretora Financeira apresentou ao Conselho o Balancete da Receita, Balancete da Despesa, Boletim de Caixa, Demonstração das Aplicações e Investimentos, Extrato da posição bancária, bem como o Relatório Mensal de Análise, Rentabilidade e Risco dos Investimentos, com enquadramento na Resolução 3.922 e alterações. Com base nas análises efetuadas, o Conselho é de opinião unânime que os relatórios contábeis e financeiros apresentados estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 30/09/2021. O Patrimônio na ocasião era de R\$ 593.698.080,00, incluindo os imóveis, correspondente a uma evolução de 10,19% em relação a dezembro de 2020. No fundo de reserva da taxa de administração, o saldo está em R\$ 15.471.288,63. Em setembro, a carteira de investimentos do ITUPREV apresentou uma rentabilidade de 1,70% negativa, frente a uma meta de 1,68%. No ano, a rentabilidade acumulada está em 1,63%, frente a uma meta de 11,82%. Em outras janelas, a carteira apresenta o seguinte desempenho: em 12 meses, uma rentabilidade positiva de 9,83%, contra uma meta atuarial de 17,19%, em 24 meses uma rentabilidade de 18,01%, frente a uma meta de 28,87% e em 36 meses, uma rentabilidade de 42,88% frente a uma meta de 40,22%, o que demonstra que a gestão se mostra eficiente no longo prazo. No que diz respeito aos percentuais de alocação, a concentração de recursos em um único fundo não ultrapassa 7,5%, indicando regularidade nesta regra, visto que o limite máximo é 20%. Na regra que limita a 15% de participação no patrimônio do fundo, o Instituto também se encontra devidamente regular. A Diretora trouxe ainda informações sobre a quantidade de segurados ativos e inativos e a relação entre eles que está em 7,6 x 1, que representa uma condição muito favorável para o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto. Demonstrou a evolução da concessão de benefícios e a comparação com o projetado pelo estudo atuarial, bem como os valores pagos em benefícios no ano de 2021. Apresentou informações sobre os parcelamentos com a Prefeitura, demonstrando os valores repassados, correspondentes aos acordos de nº 058, 060 e 0370, todos pagos com as correções previstas e no dia do vencimento. A Prestação de Contas do mês de setembro foi homologada sem ressalvas. Nesse momento, o Conselho questionou a respeito da participação do membro do Comitê de Investimentos, Marinete, e a Chefe de Gabinete relatou que recebeu a informação através da assessora Valéria, que ela não participaria da reunião da presente data. Informou ainda, que Paula Marangoni, representando o Comitê de Investimentos, estava presente na reunião desde o início. **8) ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SETEMBRO 2021:** A respeito da evolução da execução orçamentária, foi demonstrado pelo Superintendente que o ingresso de Receitas Correntes no mês de setembro foi de R\$ 57.631.502,00, enquanto o previsto era de R\$ 53.107.675,00 e o total das Despesas Orçamentárias foi de R\$ 15.640.216,00, quando o previsto para o período era de R\$ 19.026.284,00, ficando demonstrado, um resultado superavitário, tanto por parte das receitas, que superaram as estimativas, quanto por parte das despesas que ficaram abaixo do previsto. A relação entre Receitas e Despesas no mês de setembro contabilizou uma sobra orçamentária da ordem de R\$ 41.991.286,35. A apresentação da Execução Orçamentária foi aprovada sem ressalvas, por unanimidade. **9) ASSUNTOS GERAIS: A) O**



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

Superintendente submeteu à análise do colegiado a designação dos novos gestores de contratos, sendo: **GABRIELA BRASÍLIO DA SILVA**, gestora do Contrato N° 010/2021, com a empresa AGARON SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI, sem efeitos financeiros, atendendo as exigências da Lei 173/2020; **JÚLIA GIRARDI BALDI**, em substituição à falecida servidora Rosemeire Simon, assumirá a gestão do contrato N° 004/2021 com a empresa Renato Henrique Fernandes Esteves – ME (ECO FLORA JARDINAGEM E PAISAGISMO), fazendo jus a gratificação de 30% do salário mínimo, conforme prevê o Estatuto do Servidor; **RENAN RIBEIRO DA SILVA**, que passará a desempenhar as funções de Administrador de Rede do ITUPREV, em substituição à função antes desempenhada pelo servidor José Júlio Junior, recebendo função gratificada correspondentes a 10% de seu salário base; **B) PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS:** Com o fim do prazo para confirmação das participações no 54º Congresso Nacional – ABIPEM, a chefe de gabinete comunicou que nenhum membro do colegiado confirmou presença. Em relação ao 9º Congresso de Conselheiros, informou-se que apenas a Conselheira Simone confirmou presença. Foi reiterada a necessidade de confirmação de participação nos eventos, através, única e exclusivamente do e-mail: gabinete@ituprev.sp.gov.br; **C) PROCESSO ADIN/ESTATUTO/RPPS:** Luiz informou a todos a respeito da recente possível ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), objeto de análise pelo Ministério Público do estado de São Paulo, através da Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica, na qual questiona sobre a migração de servidores do regime celetista para o estatutário, com a consequente vinculação ao regime próprio de previdência social e que determina que a Câmara e o Prefeito sejam notificados para que se manifestem acerca que algumas diligências, no prazo de 15 (quinze) dias. Informou, ainda, que a Prefeitura recebeu esta solicitação no final do mês de setembro, mas não reconhece inconstitucionalidade. Ademais, a Controladoria Geral do município entrou em contato com o Superintendente do Ituprev, para debater sobre as alegações do MP. A Secretaria de Justiça aponta que se trata de uma situação similar à de vários municípios do estado de São Paulo que realizaram a migração de empregados públicos, enquadrando-os na situação de servidores públicos titulares de cargo efetivo de forma irregular, no entendimento da Subprocuradoria. Luiz esclareceu que o Instituto não é parte arrolada no Processo, mas foi solicitado a prestar esclarecimentos e apoio. O ITUPREV encaminhou para análise da sua consultoria jurídica, a fim de subsidiar a Prefeitura na resposta, que tem prazo de 30 dias para encaminhar os esclarecimentos. Mais algumas observações e comentários foram feitos acerca do assunto, porém, como o Ofício ainda não virou um Processo, os seus desdobramentos ainda são desconhecidos. Luiz orientou a todos sobre o cuidado com a disseminação desta notícia para não criar ruídos desnecessários entre os servidores, mas que julga importante levar ao conhecimento dos Conselhos o andamento de tudo. Pediu para orientar o servidor que quiser mais esclarecimentos a procurar a Secretaria de Justiça da Prefeitura ou o Ituprev. D) Por fim, o conselheiro Clóvis antecipou informações acerca dos assuntos abordados na reunião extraordinária do Conselho de Administração, pois a leitura da ata n.º 20/2021 de 13/10/2021 seria realizada no mês de novembro. Após a leitura da Ata, a Presidente Zélia, que é uma conselheira que compõe o Conselho do Instituto desde a sua fundação, no ano de 2010, quis registrar a sua opinião sobre as acusações feitas à diretora financeira. Relatou que pôde testemunhar o trabalho desempenhado pela Kiara e sua dedicação ao Ituprev desde o início. Relatou que a presidente do Conselho de Administração Luciana Correa entrou em contato com ela, convocando o Conselho Fiscal a participar da reunião, mas que cancelou a convocação em seguida. Finalizou a fala agradecendo o fato de Kiara estar sempre presente e ao lado dos Conselheiros. Clóvis afirmou que ficou evidente que tudo não passou de boatos, sem apresentação de dados concretos. Sergio afirmou que tudo ficou esclarecido. Luiz e Kiara relataram que ao término da reunião, a conclusão do Conselho de Administração foi encerrar o assunto, dando por esclarecida a questão. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém querendo fazer uso dela, foram encerrados os trabalhos. A presente Ata foi lavrada, a qual, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente do Conselho, representando os demais conselheiros presentes nesta reunião, conforme previsto no Art.14 da Resolução 002/2021 do ITUPREV. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às 17:15.

Assinatura:

Zélia Maria Oliveira Pereira
Presidente